

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013

MEALHADA



Município de
Mealhada

ÍNDICE

Índice	2
1 - INTRODUÇÃO	4
1.1 – Nota prévia	4
2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL	7
2.1 – Execução orçamental.....	7
2.2 – Execução patrimonial	8
3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO	11
3.1 – Orçamento global	11
3.2 – Orçamento da receita	14
3.2.1 – Receitas correntes	14
3.2.2 – Receitas de capital	17
3.3 – Orçamento da despesa	19
3.3.1 – Despesas correntes.....	20
3.3.2 – Despesas de capital	21
3.3.3 – Equilíbrio orçamental	23
3.3.4 – Encargos assumidos e não pagos	24
3.3.5 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso.....	25
4 - LIMITES LEGAIS.....	27
4.1 – Limites ao endividamento	27
4.1.1 – Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo	27
4.1.2 – Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo.....	28
4.1.3 – Limite do endividamento líquido municipal.....	28
5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA	32
5.1 – <i>Balanço</i>	32
5.2 – <i>Demonstração de resultados</i>	37
6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS.....	42
8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
8.1 – <i>Caracterização da Entidade</i>	47
8.2 – <i>Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados</i>	47
9 - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	55

INTRODUÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Nota prévia

O relatório de gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) e espelha a execução do orçamento de 2013 do Município de Mealhada.

Este documento apresenta diversas perspectivas de análise, segregando os níveis de arrecadação da receita dos níveis de realização da despesa, por forma a permitir uma leitura clara das variáveis da execução orçamental do período em apreciação. Evidencia também a situação financeira e patrimonial do município no final do exercício, permitindo, deste modo, aferir sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

A metodologia de elaboração deste documento consubstancia-se na apresentação de quadros e gráficos por forma a salientar os dados expostos em cada capítulo. Para uma melhor contextualização e comparação dos mesmos, são também apresentados, em alguns casos, elementos relativos à execução de anos anteriores.

Os documentos de prestação de contas que aqui se apresentam, para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal nos termos do disposto no art.º 33, nº 1, alínea I), e 27º, nº 2, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, traduzem os níveis de execução da atividade municipal e a situação económico-financeira do município.

Assim, e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de prestação de contas, entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;
- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

A execução do orçamento de 2013 foi concretizada numa estrita observância das regras de elaboração e execução orçamental, nomeadamente de acordo com o princípio do equilíbrio orçamental.

**ANÁLISE SUMÁRIA DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
E PATRIMONIAL**



2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

O presente capítulo dá a conhecer os diferentes níveis de execução orçamental e patrimonial, alcançados em 2013, nomeadamente no que respeita ao comportamento e evolução das suas principais variáveis.

2.1 - Execução orçamental

Receitas

No exercício económico de 2013, o orçamento da receita do Município de Mealhada fixou-se em 21.297.594 euros.

A receita efetivamente cobrada fez um total de 21.767.880 euros, repartindo-se por receitas de natureza corrente, capital e outras receitas, com os valores de 13.073.186 euros, 1.743.788 euros e 6.950.907 euros, respetivamente.

O conjunto das receitas arrecadadas representa uma taxa de execução orçamental de cerca de 102%, sendo a execução da receita corrente de 115% e a de capital de 59%.

Principais fontes de receita:

	Valor	%
● Receitas próprias	6.709.397	30,82
● Fundos Municipais	5.129.667	23,57



Despesas

O orçamento da despesa referente ao ano de 2013, cifrou-se em **18.228.453** euros, dos quais foram realizados 14.622.807 euros e pagos 14.610.226 euros.

Uma análise mais detalhada permite observar que o total da despesa paga, que representa uma taxa de execução orçamental de cerca de 80%, se distribui em despesas de natureza corrente no valor de 8.469.443 euros e de capital no valor de 6.140.783 euros, representando assim taxas de execução na ordem dos 93% e 67%, respectivamente.

Principais agregados da despesa:

	Valor	%
● Despesas com pessoal	4.610.791	31,56
● Investimentos	3.658.604	25,04
● Aquisição bens e serviços	3.188.962	21,83

Embora muito sucinta, esta análise a estas duas variáveis, receita e despesa, permite verificar que a execução mais significativa ocorreu na receita, que apresenta valores superiores a 100% do valor orçamentado.

Tal facto prende-se, essencialmente, com o aumento exponencial ocorrido na rubrica de impostos indiretos - ocupação de via pública - referente à cobrança de valores que se encontravam em dívidas de cobrança duvidosa, respeitantes à taxa de ocupação do espaço do domínio público municipal, da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA.

2.2 - Execução patrimonial

Balanço

No final do exercício económico de 2013, o ativo líquido do município de Mealhada ascendia a 76.531.108,74 euros, representando um crescimento de 2,5 milhões de euros relativamente ao período homólogo.



Os fundos próprios da autarquia totalizaram o montante de 66.112.638,51 euros e o passivo atingiu os 10.418.470,20 euros. Saliente-se a variação negativa de 100% ocorrida nas dívidas a instituições de crédito, resultante da amortização total, no ano de 2013, de todos os empréstimos bancários contraídos pelo município.

Demonstração de resultados

O total de proveitos e ganhos obtidos ascendeu a 14.794.429,56 euros e o total dos custos e perdas incorridos a 12.466.220,41 euros, traduzindo assim um resultado líquido do exercício económico de 2013 positivo, de 2.328.209,15 euros.

Operações de tesouraria

O saldo de gerência transitado, de operações de tesouraria, foi de 379.917 euros. Os movimentos de entradas foram de 1.151.083 euros e de saídas de 982.564 euros, resultando assim num saldo para a gerência seguinte no valor de 548.436 euros.

Contas de ordem

Relativamente às garantias e cauções, tituladas por papel, apurou-se um saldo final de 4.152.758 euros. Este saldo é resultado dos movimentos ocorridos no exercício, relativos a garantias e cauções prestadas no montante de 109.491 euros, devolvidas e acionadas no valor total de 221.319 euros bem como do saldo transitado da gerência anterior de 4.264.587 euros.

Saldos de gerência de 2013 para 2014

	Valor
● Saldo de execução orçamental	7.190.755
● Saldo de operações de tesouraria	548.436
● Saldo de garantias e cauções	4.152.758

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO



3.1 - Orçamento global

O quadro abaixo indicado apresenta uma breve síntese da execução orçamental do ano 2013, contendo os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e os respetivos desvios.

A análise dos dados apresentados permite avaliar a fiabilidade do orçamento apresentado bem como a capacidade financeira da sua execução

Quadro nº 1

Execução do orçamento para o ano de 2013

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) - (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	14.347.551,00	21.297.594,25	21.767.879,98	470.285,73	102,21%
Correntes	11.373.510,00	11.373.510,00	13.073.185,88	1.699.675,88	114,94%
Capital	2.974.040,00	2.974.040,00	1.743.787,52	-1.230.252,48	58,63%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	863,33	862,33	86333,00%
Saldo gerência anterior		6.950.044,25	6.950.043,25	0,00	100,00%
DESPESAS	14.347.551,00	18.228.453,00	14.610.226,15	-3.618.226,85	80,15%
Correntes	6.890.333,00	9.125.142,00	8.469.443,36	-655.698,64	92,81%
Capital	7.457.218,00	9.103.311,00	6.140.782,79	-2.962.528,21	67,46%

As elevadas taxas de execução obtidas, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, situadas acima dos 80%, revelam o rigor orçamental e o cumprimento dos objectivos propostos aquando da elaboração do orçamento.

Do conjunto das receitas e despesas, correntes e capital, podemos concluir que foram as de natureza corrente que mais contribuíram para o total do seu agregado, apresentando taxas de execução de 114,94% e 92,81%, respetivamente.



O total da receita cobrada atingiu o montante de 21.767.880 euros, desagregando-se em 13.073.186 euros de receita corrente, 1.743.788 euros de capital e 6.950.906 euros de outras receitas, espelhando assim o elevado peso do agregado de natureza corrente no total da receita.

A taxa de execução das receitas cobradas correntes atingiu o valor de 114,94% e a das receitas de capital fixou-se em 58,63%, ou seja, as receitas correntes, apresentam uma taxa de execução de cerca do dobro das de capital.

O empenho do município na concretização dos objectivos, definidos para o exercício económico de 2013, está, de igual forma, reflectido na taxa de execução de 80,15%, apresentada ao nível das despesas.

A leitura do quadro anterior permite concluir que as despesas correntes pagas ascenderam a 8.469.443 euros e as despesas de capital 6.140.783 euros, circunstância que traduz uma taxa de execução da despesa corrente na ordem dos 92,81% e da despesa de capital de 67,46%.

O Quadro nº 2 permite analisar a evolução global das receitas e das despesas, bem como o comportamento de cada uma das suas componentes, correntes e capital.

Quadro nº 2

Evolução orçamental

DESIGNAÇÃO	ANO 2012	ANO 2013	EVOLUÇÃO %
RECEITAS	18.925.013,08	21.767.879,98	15,02
Correntes	10.633.545,86	13.073.185,88	22,94
Capital	4.287.018,31	1.743.787,52	-59,32
Outras receitas	4.004.448,91	6.950.906,58	73,58
DESPESAS	12.015.266,00	14.610.226,15	21,60
Correntes	8.063.289,92	8.469.443,36	5,04
Capital	3.951.976,08	6.140.782,79	55,39



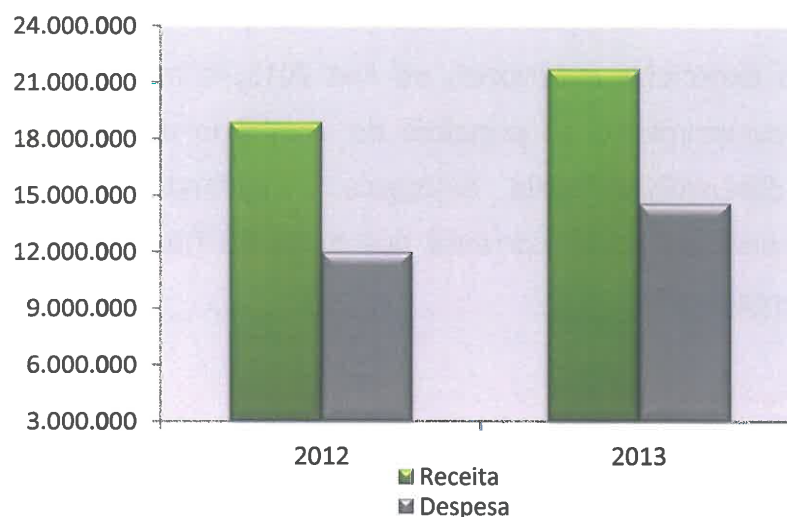
Comparando os valores do ano 2013 com os do período homólogo, observa-se um aumento do total da receita arrecadada de 2.842.867 euros, cerca de 15%, influenciado essencialmente pela evolução positiva registada na rubrica outras receitas (73,58%).

Apesar do decréscimo acentuado verificado ao nível das receitas de capital, verifica-se, no período em análise, uma evolução positiva das receitas correntes, de cerca de 23%, influenciada maioritariamente pelo valor dos impostos indiretos arrecadados.

Relativamente ao total das despesas do Município, constata-se um aumento de 2,5 milhões de euros (21,60%), sendo as despesas de capital as que mais contribuíram para esta evolução, apresentando uma variação positiva de 2,2 milhões de euros (55,39%).

O gráfico a seguir apresentado evidencia a evolução verificada nos últimos dois anos:

Gráfico n°1
Evolução orçamental





3.2 - Orçamento da receita

Este ponto versará sobre a análise da execução orçamental da receita, tendo como referência a apreciação da estrutura orçamental, comparando os valores previstos com os efectivamente arrecadados, permitindo identificar os eventuais desvios.

3.2.1 - *Receitas correntes*

As receitas correntes, que são as que detêm maior impacto na receita total, atingiram um montante cobrado de 13.073.186 euros, correspondente a uma taxa de execução de 115%.

O princípio do equilíbrio orçamental, definido no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

O total arrecadado da receita corrente ascendeu a 13.073.186 euros, permitindo suportar o total das despesas correntes realizadas (8.469.443) e ainda obter uma parcela bastante relevante, de 4.603.743 euros, para a realização de investimentos.

Tal como nos exercícios anteriores, no ano 2013, o município de Mealhada asseverou o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, na gestão orçamental desenvolvida pela autarquia, originando, efectivamente, a formação de uma poupança corrente que permitiu financiar as despesas de capital em cerca de 75%.

**Quadro nº 3****Estrutura e execução das receitas correntes**

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
01	Impostos diretos	1.818.300,00	15,98	2.485.970,28	19,02	667.670,28	136,72
02	Impostos indiretos	456.669,00	4,02	1.519.613,18	11,62	1.062.944,18	332,76
04	Taxas, multas e outras penalidades	172.923,00	1,52	155.711,89	1,19	-17.211,11	90,05
05	Rendimentos de propriedade	585.354,00	5,15	725.208,83	5,55	139.854,83	123,89
06	Transferências correntes	5.704.610,00	50,16	5.619.714,23	42,99	-84.895,77	98,51
07	Venda de bens e serviços	2.635.649,00	23,17	2.548.101,82	19,49	-87.547,18	96,68
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	18.865,65	0,14	18.860,65	377313,00
TOTAL		11.373.510,00	100,00	13.073.185,88	100,00	1.699.675,88	114,94

Da análise da execução das receitas correntes, confrontando o valor total orçado com o efetivamente cobrado verifica-se uma taxa de execução de 114,94%, resultante dos níveis de execução orçamental bastante elevados refletidos em todas as rubricas de natureza corrente.

As transferências correntes, as receitas fiscais, e a venda de bens e serviços são as rubricas que apresentam maior peso estrutural no total da receita cobrada (94,31%).

As transferências correntes são a rubrica com maior destaque no total da receita, correspondendo a 42,99% do montante cobrado. São compostas, maioritariamente, pelas transferências provenientes do orçamento de estado, nomeadamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF), o fundo social municipal (FSM) e a participação fixa no IRS, bem como outras transferências, das quais se destacam as provenientes da transferência de competências em matéria de educação.

O total das receitas fiscais, que representa 31,83% das receitas correntes cobradas, é composto pelos impostos diretos (19,02%), impostos indiretos (11,62%) e taxas, multas e outras penalidades (1,19%).



A venda de bens e serviços que gerou um total de receita de 2.548.102 euros, correspondente a 19,49% no total da receita cobrada, traduz o empenho municipal no desenvolvimento das competências e das atividades de natureza social, recreativa, cultural, educativa e desportiva, com vista à prossecução do interesse público e à satisfação das necessidades colectivas.

Os recursos locais, também designados por “receita própria”, são constituídos por todas as receitas que a autarquia cobra no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela Lei das Finanças Locais e que não têm qualquer dependência de entidades terceiras.

Estes recursos totalizaram 6.709.397 euros, representando 51,32% das receitas correntes, revelando assim um grau de auto financiamento do município, bastante significativo.

3.2.2 - Receitas de capital



Quadro nº 4

Estrutura e execução das receitas de capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens investimento	800.004,00	26,90	53.379,90	3,06	-746.624,10	6,67
10	Transferências de capital	1.874.033,00	63,01	1.363.781,79	78,21	-510.251,21	72,77
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	300.001,00	10,09	326.625,83	18,73	26.624,83	108,88
TOTAL		2.974.040,00	100,00	1.743.787,52	100,00	-1.230.252,48	58,63

As receitas de capital cobradas totalizaram 1.743.788 euros, alcançando uma taxa de execução orçamental de 58,63%.

As transferências de capital, com um peso estrutural de 78,21% no total das receitas de capital cobradas, são uma das principais componentes deste agregado. Esta rubrica contempla as transferências provenientes do orçamento de estado, nomeadamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF), e as participações de fundos comunitários.

Relativamente às outras receitas de capital, o montante arrecadado no valor de 326.626 euros, correspondente a uma variação positiva de cerca de 27 mil euros face ao valor previsto, proporcionou uma taxa de execução de cerca de 109%. Em termos estruturais, esta rubrica apresenta um peso de 18,73% no total de receita cobrada. Aquela variação positiva ficou a dever-se a circunstâncias extraordinárias, no caso em concreto, acionamento de garantias bancárias de empreitadas de obras públicas.

A arrecadação de receita na componente venda de bens de investimento, resultou da cobrança referente à alienação de terrenos no valor de 53.379,90 euros.



No conjunto das receitas de capital arrecadadas, a generalidade das rubricas apresentam desvios negativos face aos valores orçados. Esta redução justifica-se, pela não arrecadação da receita proveniente da venda de lotes de terrenos da zona industrial da Bairrada/Pedrulha, consequência dos constrangimentos económicos e financeiros verificados ao longo do ano, e pela não arrecadação de receita proveniente da participação comunitária em projectos co-financiados, nomeadamente do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, motivada pela ausência de pedidos de pagamento relativos a empreitadas de obras públicas em consequência da não execução física das mesmas.



3.3 - Orçamento da despesa

Neste ponto será efectuada uma análise da despesa na ótica da classificação económica, permitindo, deste modo, avaliar os níveis de afectação de recursos por natureza de despesa - corrente ou de capital.

O quadro nº 5 resume, na ótica da classificação económica, a forma como o município utilizou os recursos obtidos, comparando os valores previstos com os realmente pagos.

Quadro nº 5

Estrutura e execução da despesa

CAPÍTULOS	DESPESA		DESPESA		DESVIO	TAXA
	ORÇADA	%	PAGA	%		EXECUÇÃO
						%
Despesas correntes	9.125.142,00	50,06	8.469.443,36	57,97	-655.698,64	92,81
01-Despesas pessoal	4.678.259,00	51,27	4.610.790,90	54,44	-67.468,10	98,56
02-Aquis. bens/serviços	3.749.320,00	41,09	3.188.962,41	37,65	-560.357,59	85,05
03-Juros outros encarg.	18.821,00	0,21	18.156,42	0,22	-664,58	96,47
04-Transf. correntes	548.665,00	6,01	522.562,36	6,17	-26.102,64	95,24
06-Out. desp. correntes	130.077,00	1,42	128.971,27	1,52	-1.105,73	99,15
Despesas de capital	9.103.311,00	49,94	6.140.782,79	42,03	-2.962.528,21	67,46
07-Aquis. bens capital	6.615.849,00	72,68	3.658.604,34	59,58	-2.957.244,66	55,30
08-Transf. de capital	686.458,00	7,54	684.295,36	11,14	-2.162,64	99,69
09-Ativos financeiros	6,00	0,00	0,00	0,00	-6,00	0,00
10-Passivos financeiros	1.800.996,00	19,78	1.797.883,09	29,28	-3.112,91	99,83
11-Out. desp. capital	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
TOTAL	18.228.453,00	100	14.610.226,15	100	-3.618.226,85	80,15

No ano 2013 podemos verificar que o total da despesa paga ascendeu a 14.610.226 euros, representando um desvio negativo de 3.618.227 euros e uma taxa de execução de cerca de 80%, relativamente à despesa orçada.

3.3.1 - Despesas correntes



Analisando o quadro da despesa, verificamos que a despesa corrente apresenta uma execução orçamental de 92,81%, correspondente a um total pago de 8.469 milhares de euros, representando cerca de 58% das despesas totais.

Da análise estrutural da componente corrente da despesa, verificamos que todos os agregados acompanham a tendência das despesas correntes totais.

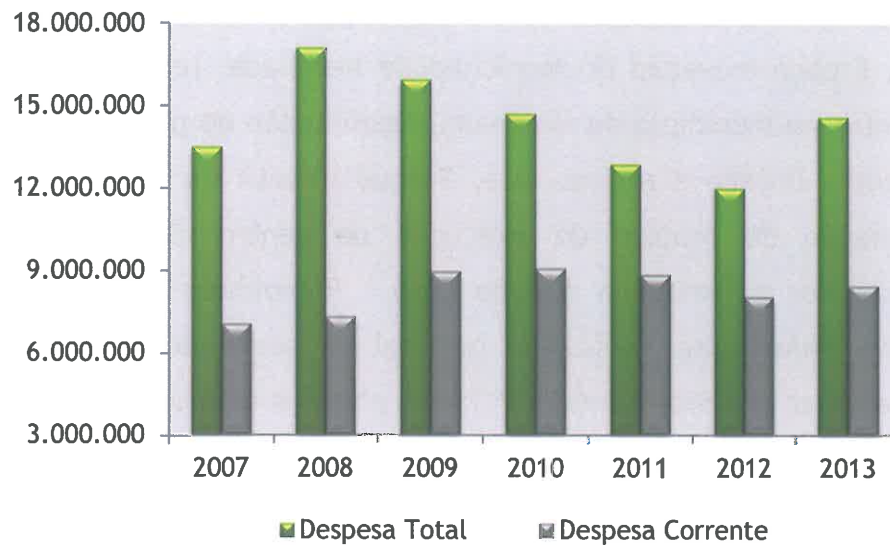
As despesas com pessoal, que representam 51,27% da despesa corrente orçada e 54,44% da despesa corrente paga, registaram uma taxa de execução de 98,56%, representando assim uma diminuição de cerca de 1,4% relativamente ao valor orçado, motivada essencialmente pelos cortes salariais e pela diminuição dos valores dos abonos variáveis e eventuais, nomeadamente das horas extraordinárias.

As despesas com a aquisição de bens e serviços são as que evidenciam um maior desvio, representando uma redução de cerca de 6% na despesa pública corrente orçada. Este facto resulta da mais - valia associada à contratação centralizada de bens e serviços transversais ao município, que permite a otimização dos recursos afetos e conseqüentemente a redução dos custos associados, e reflecte o esforço contínuo de racionalização da despesa com as compras públicas.



Gráfico nº2

Evolução despesa corrente



3.3.2 - Despesas de capital

As despesas de capital, que representam cerca de 42% das despesas totais pagas, apresentam um desvio de cerca de 2,963 milhões relativamente ao total da despesa de capital orçada, atingindo assim uma taxa de execução de 67,46%.

Do conjunto das despesas de capital, o capítulo mais representativo refere-se à aquisição de bens de capital, com um valor de 3.658.604 euros, constituindo, deste modo, um dos agrupamentos de despesa que maior dotação de recursos absorveu durante o ano de 2013, representando cerca de 25% da despesa total do município.

Uma análise mais detalhada da execução deste agregado, e da qual é demonstrativo o Plano Plurianual de Investimentos, permite concluir que grande parte do investimento municipal aqui representado (cerca de 73%), é consubstanciado nas seguintes obras: construção do centro escolar do Luso, requalificação da zona urbana central da Mealhada, arranjos exteriores do bairro social do Canedo, requalificação da envolvente à praça central da vila

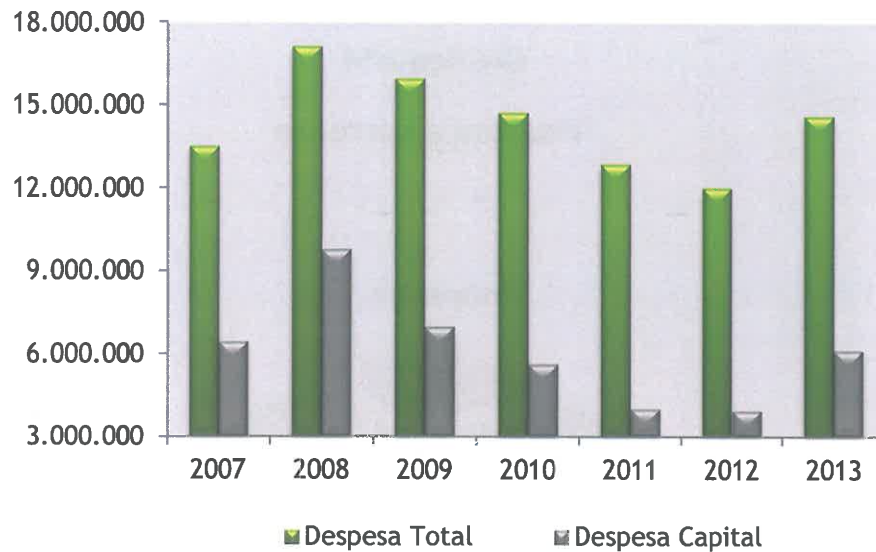


do Luso, posto de turismo e loja das 4 maravilhas da Mealhada, repavimentação E. M. Sta. Cristina - Louredo e outras beneficiações em estradas municipais, execução da via de ligação da rua da Barrosa à Estrada da Póvoa Loureiro, trabalhos de conservação da cafetaria da Alameda da Cidade, Espaço Inovação do Município de Mealhada, reparações diversas de pavimentos no município de Mealhada, reabilitação de pavimentos na Ex - EN 234-4 entre Buçaco e a Cruz Alta, Parque Infantil do Choupal - Mealhada, reformulação do projeto de execução do centro escolar de Mealhada, conclusão dos passeios na rua do Luso - Pampilhosa e acesso ao Centro Educativo Pampilhosa, passagem pedonal da ponte de Ventosa do Bairro, centro escolar de Casal Comba -1ª fase - arranjos exteriores e pavimentações em arruamentos no Carqueijo.

Tal como nas despesas correntes, todos os agregados que constituem as despesas de capital apresentam desvios negativos. O desvio mais expressivo, de cerca de 2,957 milhões de euros, ocorrido na aquisição de bens de capital, ficou a dever-se, essencialmente, às reduzidas taxas de execução de rubricas referentes a obras de investimento, que no decorrer do ano económico a que respeita o presente relatório, não registaram a execução física prevista devido, essencialmente, às más condições meteorológicas verificadas nos últimos meses do ano.



Gráfico n°3
Evolução despesa capital



3.3.3 - Equilíbrio orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, imposto pelo POCAL, cuja observância é obrigatória na elaboração, alteração e execução do orçamento, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Os rendimentos daqui obtidos, denominados de poupança corrente, permitem afetar ao investimento a globalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita corrente.

O controlo apertado e a manutenção das medidas de racionalização da despesa corrente continuam a ser uma preocupação do município.

O orçamento municipal previa uma poupança corrente de 4.483.177 euros, tendo executado o valor de 4.603.743 euros.

Esta poupança comprova que o município de Mealhada cumpre este princípio orçamental e traduz uma significativa libertação de meios, capaz de financiar as despesas de capital em 75%.



Gráfico nº4
Poupança corrente



3.3.4 - Encargos assumidos e não pagos

Quadro nº 6
Posição da despesa

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	9.125.142,00	8.469.443,36	8.469.443,36	0,00	100,00%
Despesas capital	9.103.311,00	6.153.363,23	6.140.782,79	12.580,44	99,80%
Total	18.228.453,00	14.622.806,59	14.610.226,15	12.580,44	99,91%

A despesa paga em 2013 totalizou 14,610 milhões de euros representando assim uma taxa de execução orçamental de 80%, relativamente ao valor orçado.

No cômputo geral da despesa, comparando a despesa faturada com a efetivamente paga, verifica-se que o município alcançou uma taxa de realização muito próxima de 100%, registando apenas um valor em dívida exíguo, nas despesas de capital.



3.3.5 - Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso - Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, posteriormente regulada pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação daquela lei, aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

O princípio fundamental deste diploma é o de que a execução orçamental não pode conduzir a pagamentos em atraso ou à sua acumulação. Para tal há que adotar procedimentos mais estritos e de emergência visando o controlo dos compromissos assumidos pelas entidades públicas.

Assim, e como dispõe o nº1, do artigo 5º, da lei nº8, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados nos termos do artigo 3º. Surge aqui um novo conceito, o de fundos disponíveis, que corresponde a verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias) e que não se encontram comprometidas ou gastas.

Durante o ano 2013, o município de Mealhada efectuou o cálculo mensal dos fundos disponíveis, sendo o respetivo valor sempre superior ao dos compromissos assumidos.

Relativamente aos pagamentos em atraso, estabelece a alínea e) do artigo 3º. da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro e o artigo 4º. do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que são considerados como tal “as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”.

Também esta imposição legal foi respeitada pelo município, uma vez que durante o exercício económico não se verificou a existência de dívidas por pagar vencidas há mais de 90 dias.

LIMITES LEGAIS



4 - LIMITES LEGAIS

4.1 - Limites ao endividamento

O cumprimento dos limites de endividamento autárquico é uma das obrigações da gestão financeira municipal, imposta pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

Nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, e de acordo com o disposto nos artigos 37.º e 39.º da lei das finanças locais, foram calculados por este município os limites de endividamento municipal para 2013, que a seguir se indicam:

	Montante
● Limite do endividamento de curto prazo	678.891,47
● Limite do endividamento de médio e longo prazo	6.788.914,67
● Limite do endividamento líquido	8.486.143,34

Demonstra-se agora o cumprimento de cada um daqueles limites, pelo município, no exercício económico de 2013.

4.1.1 - Limite de endividamento com empréstimos de curto prazo

O n.º 1, do artigo 39.º, da lei das finanças locais estabelece que “*o montante dos contratos dos empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito, não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior*”.

No ano 2013, o município de Mealhada, não contraiu qualquer empréstimo de curto prazo.



4.1.2 - Limite de endividamento com empréstimos de médio e longo prazo

O nº 2, do artigo 39º, da lei das finanças locais estabelece que “o montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazo, não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior”.

No final de 2013, o município de Mealhada não possuía qualquer montante em dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

4.1.3 - Limite do endividamento líquido municipal

Nos termos do disposto no nº 1, do artigo 36º, da lei das finanças locais, o montante de endividamento líquido municipal “é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”.

A lei das finanças locais estabelece ainda, no artigo 37º, que “o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”.

Por outro lado, a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, determina, à semelhança de anos anteriores, que o limite do endividamento líquido de cada município para 2013, corresponde ao menor dos valores referentes a:



limite de endividamento líquido de 2012 ou limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da lei das finanças locais.

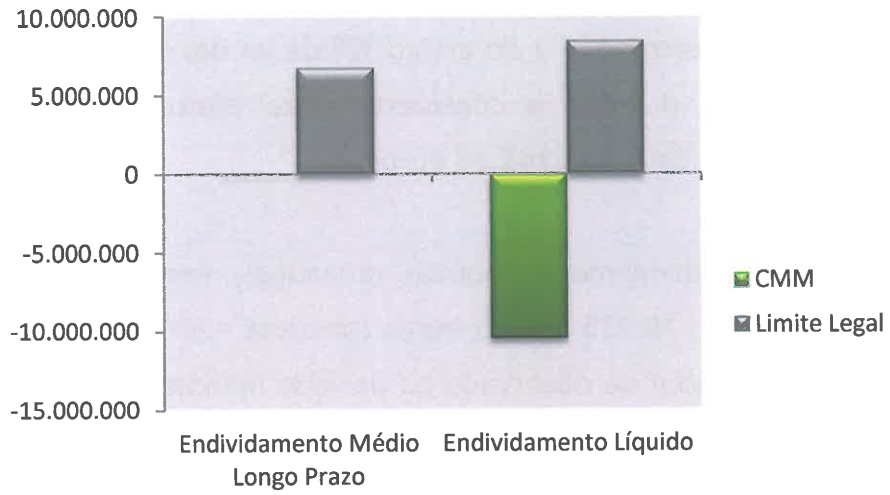
No que respeita ao município de Mealhada, atendendo a que o limite de endividamento líquido reportado a 2012 foi de 8.519.410,91 euros e o valor do limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da lei das finanças locais, é de 8.486.143,34 euros, o valor a considerar para efeitos do limite de endividamento de 2013 é de 8.486.143,34 euros.

Considerando que o endividamento líquido municipal, reportado a 31 de Dezembro de 2013, é de -10.735.331,05 euros (passivos - ativos), constata-se que o mesmo não é superior ao observado no período homólogo, respeitando-se assim o estipulado no Orçamento do Estado.

Mais uma vez, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, o município de Mealhada manteve o seu endividamento em valores muito aquém dos limites impostos por lei, situação que revela a perfeita saúde financeira do município e a capacidade de se lançar nos grandes desafios que se propõe para o futuro próximo.

Pelo exposto, e não obstante as restrições impostas pela lei das finanças locais e pela lei do orçamento do estado, constata-se que a gestão da dívida deste município, se tem pautado por princípios de rigor e forte controlo.

Gráfico nº5
Situação face aos limites



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA



A informação económico-financeira apresentada pretende aferir a evolução da situação financeira e patrimonial do Município à data de 31 de dezembro de 2013.

Saliente-se que o *core business* da autarquia está posicionado para a prestação de serviços e para a satisfação de necessidades dos munícipes, com o objectivo claro de uma melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, ao inverso do que acontece nas empresas onde o objectivo é o de maximização do valor.

Em virtude de tal, a análise dos dados e dos indicadores não deve descurar a actividade municipal e não deve ser restrita a aspectos unicamente económico-financeiros.

5.1 - Balanço

O balanço é uma síntese feita no final de cada exercício, que traduz a situação patrimonial do município.

Esta demonstração financeira dá a conhecer o ativo (constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos), os fundos próprios e o passivo (que representa a origem de fundos).



BALANÇO

Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio público	36.166.861,12	Património	32.898.965,42
Imobilizações incorpóreas	363.523,21	Reservas	5.225.915,68
Imobilizações corpóreas	27.135.782,40	Resultados transitados	25.659.548,29
Investimentos financeiros	1.089.017,70	Resultado líquido do exercício	2.328.209,15
Circulante		Passivo	
Existências	157.029,87	Provisões para riscos e encargos	91.116,61
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.188.936,13	Dívidas a terceiros - M/L prazo	0,00
Depósitos em inst. financ. e caixa	7.739.191,63	Dívidas a terceiros - curto prazo	561.017,73
Acréscimos e diferimentos	690.766,68	Acréscimos e diferimentos	9.766.335,86
Total do Activo	76.531.108,74	Total dos F. Próprios + Passivo	76.531.108,74

No final do exercício de 2013 o imobilizado traduz-se na rubrica com maior peso no total do ativo líquido do município, atingindo cerca de 64,8 milhões de euros.

O diminuto peso do endividamento relativamente ao Ativo, cerca de 0,74%, revela a forte independência financeira do município. De salientar também o grau de autonomia financeira que se manteve em níveis de 2012, ou seja 0,86.

De seguida, é apresentada a estrutura evolutiva da posição financeira e patrimonial da autarquia, onde se pode observar a evolução relativamente a 2012.



Quadro nº 7
Estrutura e evolução patrimonial da autarquia

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2012	PESO	BALANÇO 2013	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	64.247.666,64	86,80	64.755.184,43	84,61	507.517,79	0,79
Existências	177.761,04	0,24	157.029,87	0,21	-20.731,17	-11,66
Dívidas de terceiros	1.658.670,90	2,24	3.188.936,13	4,17	1.530.265,23	92,26
Disponibilidades	7.329.960,05	9,90	7.739.191,63	10,11	409.231,58	5,58
Acréscimos e diferimentos	605.999,51	0,82	690.766,68	0,90	84.767,17	13,99
Activo	74.020.058,14	100,00	76.531.108,74	100,00	2.511.050,60	3,39
Património	32.898.965,42	51,93	32.898.965,42	49,76	0,00	0,00
Reservas	4.926.803,18	7,78	5.225.915,68	7,91	299.112,50	6,07
Resultados	25.528.273,66	40,29	27.987.757,44	42,33	2.459.483,78	9,63
Fundos Próprios	63.354.042,26	100,00	66.112.638,54	100,00	2.758.596,28	4,35
Provisões	98.621,61	0,92	91.116,61	0,88	-7.505,00	-7,61
Dívidas a 3 ^{os} m/l prazo	2.047.492,46	19,20	0,00	0,00	-2.047.492,46	-100,00
Dívidas a 3 ^{os} c/ prazo	380.014,17	3,56	561.017,73	5,38	181.003,56	47,63
Acréscimos e diferimentos	8.139.887,64	76,32	9.766.335,86	93,74	1.626.448,22	19,98
Passivo	10.666.015,88	100,00	10.418.470,20	100,00	-247.545,68	-2,32

A - Estrutura do ativo

A1 - O imobilizado que ascende a 64.755.184 euros é maioritariamente composto por bens de domínio público, que representam 56% do seu total. Saliente-se, ainda, a diminuição ocorrida neste agregado, na rubrica partes de capital, referente à alienação de 20% da participação do município na Escola Profissional da Mealhada, Lda, passando a autarquia a deter 44,10% do capital desta sociedade.

A2 - No final do exercício, as **existências** valorizadas em armazém totalizavam o valor de 157.029,87 euros.



A3 - Nas **dívidas de terceiros**, que ascendem a 3.188.936,13 euros, destaca-se o valor contabilizado na rubrica outros devedores, que se refere, essencialmente, a candidaturas já aprovadas no âmbito do QREN mas cujos valores ainda se encontram por receber.

Refira-se ainda que do valor em dívida relativo a clientes, contribuintes e utentes, referente à venda de bens e à prestação de serviços (373.058 euros), cerca de 61% respeita ao serviço de fornecimento de água prestado pela autarquia.

A4 - No final do exercício de 2013, a rubrica **disponibilidades** apresenta o valor de 7.739.192 euros.

A5 - O princípio da especialização força a que os proveitos obtidos e os custos suportados sejam registados no período a que respeitam, separadamente do período de ocorrência do eventual recebimento ou pagamento. A rubrica contabilística que acolhe este princípio é a de **acréscimos e diferimentos**, que neste caso apresenta o valor de 690.767 euros.

B - Estrutura dos fundos próprios

Os **Fundos Próprios** registaram uma evolução positiva absoluta de 2.758.596 euros, que representa um crescimento de 4% face ao ano anterior. Esta variação advém, fundamentalmente, da incorporação do resultado líquido do exercício económico de 2013, que atingiu o montante de 2.328.209,15.

Estabelece o POCAL, nos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3. e 2.7.3.4., que os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido para que a conta 51 - Património corresponda a 20% do ativo líquido.

Relativamente ao município, atendendo a que o valor registado na conta 51 - Património corresponde a 42,99% do ativo líquido, não será obrigatório reforçar esta conta. Deverá no entanto, nos termos do ponto 2.7.3.5. do



POCAL, reforçar a conta 571 - Reservas legais, no valor de 116.410,46 euros correspondente a um valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

C - Estrutura do passivo

C1 - As provisões para riscos e encargos, que apresentam o valor de 91.117 euros, refletem encargos de ocorrência temporal incerta que o município poderá vir a suportar, decorrentes de processos judiciais em curso, e resultam da aplicação do princípio contabilístico da prudência.

C2 - A variação negativa, de 100%, verificada ao nível das dívidas a terceiros de médio/longo prazo resulta da amortização total, no exercício em análise, de todos os empréstimos bancários contraídos pelo município e da anulação da dívida relativa ao direito ao subsídio de férias e de natal não pago, por imposição da lei do orçamento de estado para 2012.

Dado que no ano de 2013 foram repostos os pagamentos dos subsídios de férias e de natal e nada foi referenciado relativamente ao pagamento daquele direito correspondente ao ano de 2012, entendeu-se que as demonstrações financeiras não deveriam continuar a refletir uma dívida que, efetivamente, não foi assumida pelo poder central.

C3 - As dívidas a terceiros de curto prazo representam, fundamentalmente, reforços de garantias ou cauções prestadas por fornecedores de imobilizado, e operações de tesouraria correspondentes a cobranças efetuadas pelo município a favor de terceiros no mês de dezembro de 2013, com prazo de pagamento em 2014.

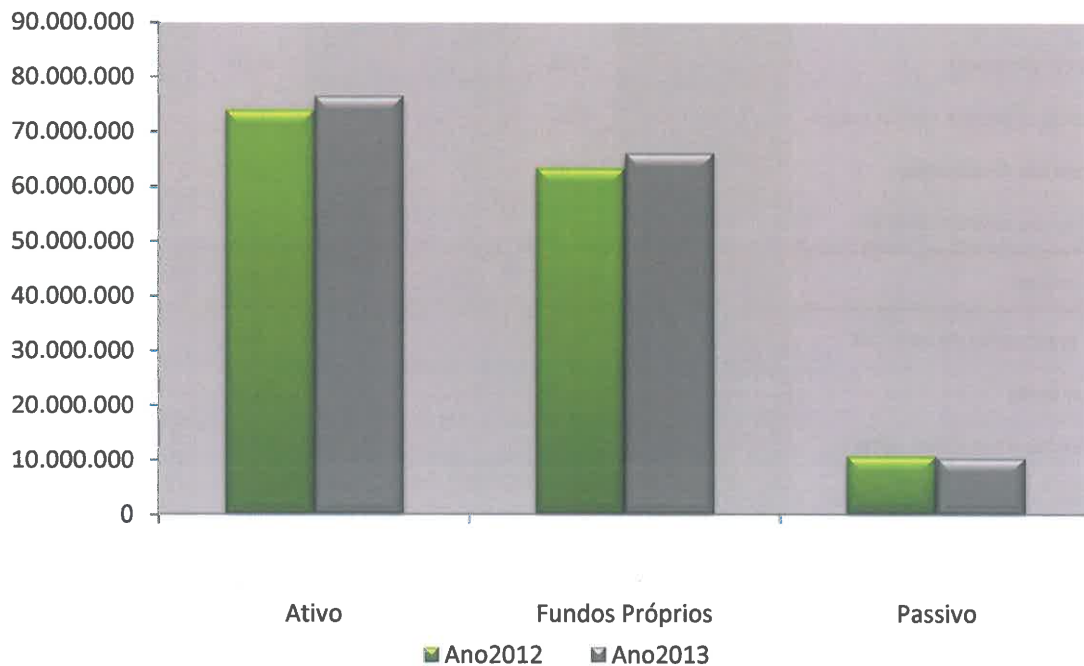
C4 - Os acréscimos e diferimentos, que atingiram o valor de 9.766.336 euros, representam a rubrica com maior peso no total do passivo da autarquia. Deste montante, 8% (807.157 euros) são referentes a acréscimos de custos, que correspondem a custos relativos ao ano de 2013 e a reconhecer neste exercício mas cuja despesa só será realizada em 2014, nomeadamente direitos

de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais dos funcionários do município, e 92% (8.959.179 euros) a proveitos diferidos, que refletem, essencialmente, os subsídios para investimentos, a transferir sistematicamente para uma conta de proveitos, nos exercícios futuros.



O princípio da especialização do exercício está, deste modo, cumprido.

Gráfico nº 6
Evolução patrimonial da autarquia
2012/2013



5.2 - Demonstração de resultados

A demonstração de resultados apresenta a relação dos custos e dos proveitos ocorridos ao longo do exercício económico de 2013 e espelha o resultado líquido do exercício obtido.



O quadro abaixo indicado apresenta a evolução dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos, permitindo deste modo estabelecer comparações com o exercício anterior e identificar eventuais desvios.

Quadro nº 8
Estrutura e evolução de custos e proveitos da DR

DESCRIÇÃO	2012	PESO	2013	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	223.820,41	1,90	234.742,97	1,88	10.922,56	4,88
Fornecimentos e serviços externos	3.013.898,37	25,58	3.096.585,65	24,85	82.687,28	2,74
Custos com pessoal	4.561.999,35	38,72	4.676.494,64	37,51	114.495,29	2,51
Trans. subs. correntes concedidos	415.957,44	3,53	454.764,04	3,65	38.806,60	9,33
Amortizações do exercício	2.907.037,80	24,67	2.980.002,30	23,90	72.964,50	2,51
Provisões do exercício	31.196,77	0,26	45.287,61	0,36	14.090,84	45,17
Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00	120,14	0,00	120,14	-
Custos e perdas financeiros	48.579,02	0,41	22.752,51	0,18	-25.826,51	-53,16
Custos e perdas extraordinários	580.889,69	4,93	955.470,55	7,67	374.580,86	64,48
Total dos custos	11.783.378,85	100,00	12.466.220,41	100,00	682.841,56	5,79
Vendas e prestações de serviços	2.300.343,70	16,26	2.294.482,23	15,51	-5.861,47	-0,25
Impostos e taxas	2.540.505,04	17,95	3.229.255,98	21,83	688.750,94	27,11
Transferências e subsídios obtidos	6.703.132,28	47,37	6.516.423,31	44,05	-186.708,97	-2,79
Outros prov. e ganhos operacionais	1.308,70	0,01	1.060,39	0,01	-248,31	-18,97
Proveitos e ganhos financeiros	1.227.342,08	8,67	1.165.302,33	7,87	-62.039,75	-5,05
Proveitos e ganhos extraordinários	1.377.601,79	9,74	1.587.905,32	10,73	210.303,53	15,27
Total dos proveitos	14.150.233,59	100,00	14.794.429,56	100,00	644.195,97	4,55

Os custos e perdas reconhecidos no exercício económico de 2013, que totalizaram o valor de 12.466.220 euros, apresentam, no seu conjunto, uma variação positiva de cerca de 6%. Este facto resultou essencialmente da evolução ocorrida na rubrica custos e perdas extraordinários (64%), que se refere a correções relativas a exercícios anteriores.

Tais correções respeitam a: anulação de receita proveniente das vendas da Sociedade Água do Luso, SA, cujo lançamento contabilístico efetuado no exercício anterior se baseou numa previsão, e a anulação de receita



proveniente da taxa de ocupação do espaço público municipal paga pela Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA, resultante da retificação dos valores de subsolo ocupado.

O total dos custos do exercício é maioritariamente concretizado pelos seguintes agregados: custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, que representam 62,36% do total dos custos da autarquia.

Relativamente aos **proveitos e ganhos**, que evidenciam uma diminuição de algumas rubricas, regista-se um aumento global de 644.196 euros.

Esta variação positiva é influenciada, significativamente, pelo aumento ocorrido nos proveitos relativos à cobrança de impostos e taxas (27%), e também pelo aumento verificado nos proveitos e ganhos extraordinários (15%), decorrente da redução da provisão que havia sido constituída, em anos anteriores, relativa à dívida da Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, SA, cuja cobrança se apresentava duvidosa. No ano de 2013 aquela empresa procedeu ao pagamento da sua dívida.

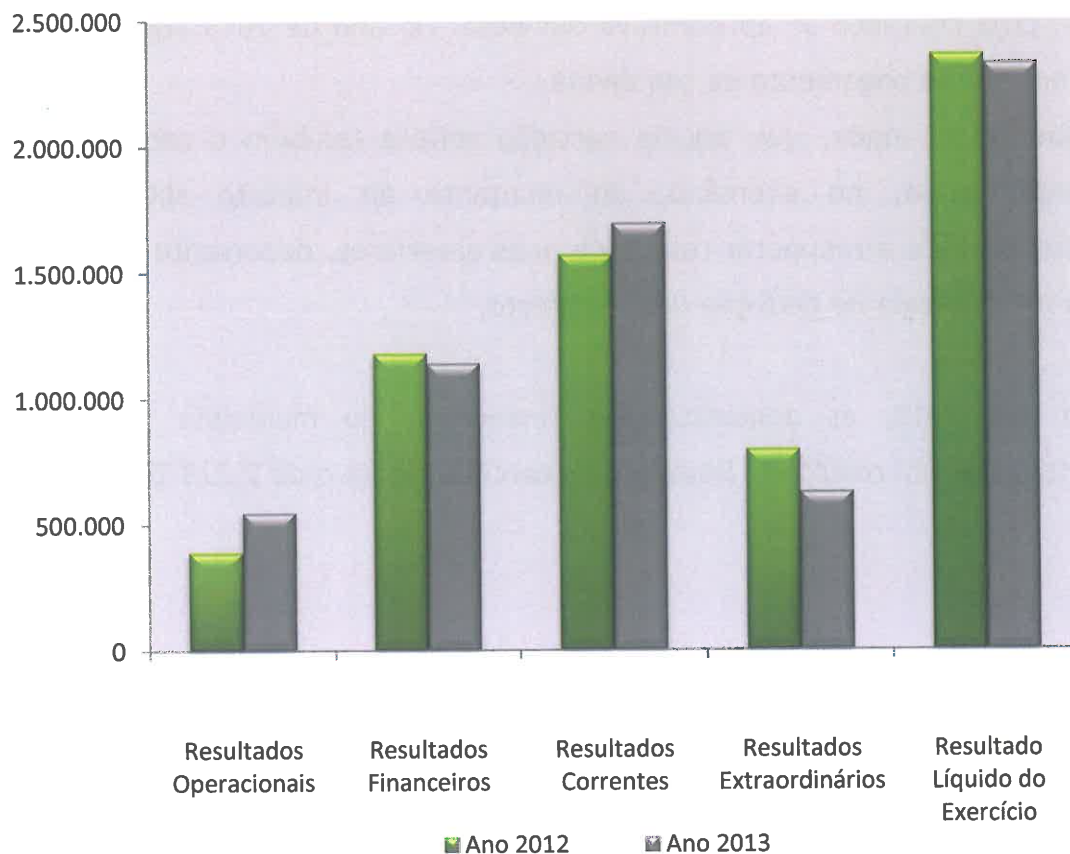
Saliente-se, ainda, que aquela variação reflete também o reconhecimento contabilístico, no exercício, do montante de Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar relativo a anos anteriores, decorrente da alteração da metodologia de dedução deste imposto.

No ano 2013, as demonstrações financeiras do município continuam a evidenciar um **resultado líquido do exercício** positivo de 2.328.209 euros.



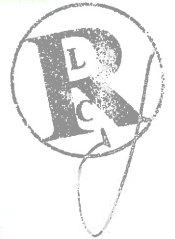
RESULTADOS	2012	2013
Resultados operacionais (A)	391.379,58	553.224,56
Resultados financeiros (B)	1.178.763,06	1.142.549,82
Resultados correntes (A) + (B)	1.570.142,64	1.695.774,38
Resultados extraordinários (C)	796.712,10	632.434,77
Resultado Líquido do Exercício (A) + (B) +(C)	2.366.854,74	2.328.209,15

Gráfico nº 7
Evolução resultados



RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS

6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS



Grau de cobertura global das despesas

Receita total / Despesa total	
Receita total	21.767.879,98
Despesa total	14.610.226,15
Grau de cobertura	148,99 %

Este rácio mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

Grau de cobertura global das despesas sem recurso a crédito

Receita total - passivos financeiros / Despesa total	
Receita total - passivos financeiros	21.767.879,98
Despesa total	14.610.226,15
Grau de cobertura	148,99 %

Este rácio mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos de terceiros. Refira-se que por mais um ano consecutivo não houve recurso ao crédito.

Grau de cobertura da despesa total pelos recursos locais

Recursos locais / Despesa total	
Recursos locais	6.709.397,17
Despesa total	14.610.226,15
Grau de cobertura	45,92 %



Peso dos recursos locais na receita total

Recursos locais / Receita total	
Recursos locais	6.709.397,17
Receita total	21.767.879,98
Peso	30,82 %

Peso das transferências comunitárias na receita total

Transferências comunitárias / Receita total	
Transf. correntes e capital do exterior	456.837,79
Receita total	21.767.879,98
Peso	2,10%

Peso das despesas com pessoal na despesa total

Despesas com pessoal / Despesa total	
Despesas com pessoal	4.610.790,90
Despesa total	14.610.226,15
Peso	31,56%

Peso do investimento na despesa de capital

Investimento / Despesa capital	
Investimento	3.658.604,34
Despesa de capital	6.140.782,79
Peso	59,58 %



Peso dos passivos financeiros na despesa total

Passivos financeiros / Despesa total	
Passivos financeiros	0,00
Despesa total	14.610.226,15
Peso	0,00%

Peso das despesas correntes na despesa total

Despesas correntes / Despesa total	
Despesas correntes	8.469.443,36
Despesa total	14.610.226,15
Peso	57,97 %

Peso das despesas de capital na despesa total

Despesas capital / Despesa total	
Despesas capital	6.140.782,79
Despesa total	14.610.226,15
Peso	42,03 %

Endividamento

Dívidas a 3ºs / Fundos próprios e passivo	
Dívidas a 3ºs	561.017,73
Fundos próprios e passivo	76.531.108,74
Peso	0,73%



Peso do endividamento a médio e longo prazo

Dívidas a 3ºs m/l prazo / Fundos próprios e passivo	
Dívidas a 3ºs médio/longo prazo	0,00 €
Fundos próprios e passivo	76.531.108,74 €
Peso	0,00%

Grau de cobertura do imobilizado por capitais permanentes

Capitais permanentes / Imobilizado líquido total	
Capitais permanentes	66.112.638,54 €
Imobilizado líquido total	64.755.184,43 €
Grau	1,02

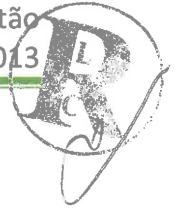
Estrutura do endividamento

Dívidas a 3ºs curto prazo / Ativo	
Dívidas a 3ºs curto prazo	561.017,73 €
Ativo	76.531.108,74 €
Peso	0,73 %

Autonomia financeira

Fundos Próprios / Ativo	
Fundos próprios	66.112.638,54 €
Ativo	76.531.108,74 €
Peso	86,39 %

**NOTAS AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**



8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas ao balanço e à demonstração de resultados, que a seguir se apresentam, visam facilitar a análise e o entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas, exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Nos termos do ponto 2.4 do POCAL, não se faz referência às notas relativamente às quais se considera não existir informação que justifique a sua utilização, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que são utilizadas.

A informação financeira constante nas demonstrações apresentadas, foi preparada em consonância com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, nomeadamente segundo os princípios da consistência, da especialização (ou do acréscimo), do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.1 - Caracterização da Entidade

Para complemento da informação sobre o município, anexa-se o mapa **Caracterização da Entidade**.

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

- a) O **imobilizado** é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção;



- b) O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

Os autos de receção provisória de 2013 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respectivas contas de imobilizações corpóreas; do imobilizado em curso constam infraestruturas que já se encontram em funcionamento, no montante de 10.963.186 euros, mas por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo e consequentemente não estão a ser praticadas as respetivas amortizações;

- c) As **matérias-primas, subsidiárias e de consumo** são valorizadas ao custo de aquisição, que compreende todas as despesas acessórias relativas à compra. Como método de valorização das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado;
- d) As **dívidas de e a terceiros**, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam;
- e) As **disponibilidades em caixa e os depósitos em instituições financeiras** exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito;
- f) As **amortizações** foram calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado;
- g) As **provisões para cobrança duvidosa** correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais;
- h) As **provisões para riscos e encargos** representam o montante da indemnização ou encargo, que o município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais em curso;
- i) As **provisões para investimentos financeiros** registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras do município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.



8.2.7. / 8.2.8. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

O mapa ativo bruto, que se encontra em anexo, resume os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do **ativo imobilizado** constantes do balanço. Os valores reportam-se às aquisições do exercício, a transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e a abates (decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis).

Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, conforme será explicitado na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das **amortizações** é o que consta em anexo.

8.2.14. Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do município são apenas aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos bens que não foi possível valorizar, a respetiva justificação da impossibilidade de registo, bem como a avaliação global correspondente.



- ▶ Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso - aguardam aprovação de operação de loteamento para o local;
- ▶ Piscina municipal, pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada - aguarda aprovação da AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal) e operação de loteamento;

Avaliação global: 7.919.804,94 euros

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões

Em conformidade com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o CIBE, os bens do domínio público que não estão sujeitos a amortização, são os terrenos e recursos naturais. Estes bens encontram-se classificados na conta patrimonial 451 - Terrenos e recursos naturais e não foram objecto de amortização.



8.2.16. Entidades Participadas Societárias e não Societárias

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro S.A	Coimbra	0,80%	17.981.005,00	1.201.309,00	2013
Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	44,10%	523.073,13	1.077,41	2013
WRC - WEB P/ a Região Centro, Agência de Desenvol. Regional, S.A.	Curia	0,36%	712.591,77	1.037,04	2013
Agência de Desenvolvimento Regional - COIMBRAVITA *	Coimbra				
Águas do Mondego, SA	Coimbra	1,14%	22.273.180,24	1.503.211,87	2013
Associação Coimbra Região Digital **	Coimbra	6,06%	-414.736,76	-86.358,79	2012
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	1.957.846,00	141.789,54	2013
Centro serviços Ambiente - CESAB	Mealhada	---	1.072.977,85	13.242,23	2013
Associação Beira Atlântico Parque	Cantanhede	---	2.446.862,62	140.195,38	2013
Associação Municípios Portugueses do Vinho	Cartaxo	---	(a)	(a)	
Associação Willuso	Mealhada	---	(a)	(a)	
Associação Maravilhas da Mealhada	Mealhada	---	12.782,27	-153,06	2013
Comunidade Intermunicipal Região Coimbra **	Montemor - o Velho	---	914.501,03	24.794,66	2013

*À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao seu correto preenchimento

**À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao preenchimento relativo ao exercício 2013.

(a) Entidade sem contabilidade organizada



8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	1.268.653,67	45.491,88	1.235.681,58	78.463,97
2182	Cobranças em litígio	32.101,56	0,00	0,00	32.101,56
	Total	1.300.755,23	45.491,88	1.235.681,58	110.565,53

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

As garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2013 constam do mapa em anexo.

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos no exercício

O desdobramento das contas de provisões acumuladas consta do mapa em anexo.

8.2.28. Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	32.898.965,42	0,00	0,00	32.898.965,42
571 - Reservas Legais	1.260.853,57	118.342,74	0,00	1.379.196,31
575 - Subsídios	225.682,87	214.769,76	34.000,00	406.452,63
576 - Doações	2.519.975,32	0,00	0,00	2.519.975,32
577 - Reservas Transf. Ativos	920.291,42	0,00	0,00	920.291,42
59 - Resultados Transitados	23.161.418,92	2.616.472,11	118.342,74	25.659.548,29

- a) Em 26 de abril de 2013, conforme deliberação da assembleia municipal, procedeu-se ao reforço da conta 571-Reservas legais no valor de

118.342,74 euros, correspondente a 5% do Resultado líquido do exercício;



- b) A conta 575 - Subsídios, registou um aumento de 214.769,76 euros que corresponde a recebimentos, ocorridos no exercício, relativos a participações, concedidas ao município, que não se destinam nem a investimentos amortizáveis nem à exploração, e uma diminuição de 34.000 euros relativa a valores aprovados em fase de candidatura ao QREN, mas que, decorrente da análise da comissão diretiva do QREN, foram, posteriormente, considerados não elegíveis.
- c) A transição do resultado líquido do exercício de 2012 e a anulação do valor registado na rubrica outros credores, referente a subsídio de férias e de natal em dívida, de anos anteriores, gerou um aumento na conta 59 - Resultados transitados, no valor de 2.616.472,11 euros.
O movimento de diminuição verificado na conta 59 - Resultados transitados, no valor de 118.342,74 euros, reflecte o reforço da conta 571-Reservas legais.

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa em anexo.

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros

Os custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2013 constam do mapa em anexo.

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Os custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2013 constam do mapa em anexo.

**APLICAÇÃO DO
RESULTADO LÍQUIDO DO
EXERCÍCIO**



9 - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3 e 2.7.3.4. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício e após aprovação de contas, para a conta 59 - resultados transitados, cujo montante deverá ser repartido de forma a que a conta 51 - património corresponda a 20% do ativo líquido.

Ora, dado que na atual situação o valor registado naquela conta corresponde a 44,45% do ativo líquido, a Autarquia não está obrigada a reforçar a referida conta. Deverá, no entanto, e nos termos do ponto 2.7.3.5. do POCAL, constituir um reforço da conta 57.1 - Reservas Legais, correspondente a um valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Uma vez que o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2013 foi de 2.328.209,15 euros, **propõe-se** que seja constituída uma Reserva Legal no valor de 116.410,46 euros.

Em conformidade com o previsto no ponto 2.7.3.1 do POCAL, deve a presente proposta, após aprovação da Câmara Municipal, ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2013
MEALHADA

Anexos



Município de
Mealhada

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	8.1
-----------------------------------	------------

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Mealhada	8.1.1
--	--------------

1.1 ENDEREÇO POSTAL: 3054-001 MEALHADA
Telefone: 231200980 Telefax: 231203618
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506792382

1.2 NÚMERO DE ELEITORES

Município	Até 10 000	<input type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	<input checked="" type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000	<input type="checkbox"/>

FONTE: Censos 2001

2 LEGISLAÇÃO	8.1.2
---------------------	--------------

Data de constituição ___ / ___ / ___	publicada no D.R. de 06 /12 /1836
--------------------------------------	-----------------------------------

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
-----------------------------------	--------------

3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? S N

Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:

3.3 ORGÃOS

Tem órgãos de natureza consultiva? S N

Tem órgãos de fiscalização? S N

3.4 ORGANOGRAMA

Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou

4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
--	--------------

Prosecução de interesses públicos, nomeadamente ao nível da promoção do desenvolvimento social, salubridade pública e do saneamento, da protecção do meio ambiente, da cultura, desporto, educação e do ordenamento do território e urbanismo, etc

RECURSOS HUMANOS	8.1.5
-------------------------	--------------

5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO

Período de 01/01/2013 a 13/10/2013

Presidente	<u>Carlos Alberto da Costa Cabral</u>	
Vice-Presidente	<u>Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro</u>	Pelouro
Vereador	<u>José Carlos Calhoa Morais</u>	<u>Finanças/Educação/Turismo</u>
Vereador	<u>Júlio Manuel dos Santos Penetra</u>	<u>Obras Munic./Obras Partic.</u>
Vereador	<u>Arminda de Oliveira Martins</u>	<u>Desporto/Acção Social</u>
Vereador	<u>António Miguel de Miranda Ferreira</u>	<u>Sem Pelouro</u>
Vereador	<u>Maria Leonor Reis Lopes</u>	<u>Sem Pelouro</u>
		<u>Sem Pelouro</u>

Período de 14/10/2013 a 30/12/2013

Presidente	<u>Rui Manuel Leal Marqueiro</u>	Área Financeira, Área Administrativa e Jurídica Cultura Protecção Civil Património Municipal Fundos Comunitários
------------	----------------------------------	---

Vice-Presidente Guilherme José Campos Duarte
 Vereador José Carlos Calhoa Morais
 Vereador Arminda de Oliveira Martins
 Vereador João José Seabra Pereira
 Vereador Gonçalo Nuno Vigário Santos Louzada
 Vereador Marlene Isabel Duarte Lopes

Pelouro Desporto/Educação
Ambiente e Espaços Verdes
Ação Social/Obras Municipais
 Sem Pelouro
 Sem Pelouro
 Sem Pelouro

5.2 NÚMERO DE VEREADORES

A Tempo Inteiro _____ 3
 A meio tempo _____
 Restantes vereadores _____ 3

1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO

Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA (AIRC)

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES

DOCUMENTADAS

S X

PERIODICIDADE

TRIMESTRAL SEMESTRAL

3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA

S X

OUTRAS INFORMAÇÕES

7 OUTRA INFORMAÇÃO

8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS

	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	17-04-2003	29-04-2003		
NORMAS CONTROLO INTERNO	08-04-2002			
BALANÇO INICIAL	17-04-2003	29-04-2003	09-04-2009	30-04-2009
NORMAS REGULAMENTARES À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS

ENTIDADE	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
Inspeção Geral Finanças			x	
Inspeção Geral da Administração do Território				

7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO

	Data de Aprovação pelo Orgão Executivo	Data da Aprovação pelo Orgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	02-12-2013	27-12-2013	
Orçamento	02-12-2013	27-12-2013	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

7.4 Quota parte de amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos por AM's e EPM's

Sem valor

8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

FUNDOS ATRIBUÍDOS AO MUNICÍPIO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FEF	3.627.775,00	906.944,00	4.534.719,00
FSM	286.799,00		286.799,00
Participação no IRS	308.149,00		308.149,00
DESPESAS DE INVESTIMENTO NO ANO ANTERIOR AO DA GERÊNCIA EM APRECIÇÃO			2.838.282,04

Município de Mealhada

Ano: 2013

Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	1.556.256,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.256,07
452 Edifícios	1.003.801,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.003.801,43
453 Outras construções e infraestruturas	60.491.851,89	0,00	3.394,47	0,00	1.066.360,35	61.561.606,71
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	2.375.120,40	0,00	2.176.609,66	0,00	-1.038.385,55	3.513.344,51
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	65.427.029,79	0,00	2.180.004,13	0,00	27.974,80	67.635.008,72
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	109.903,43	0,00	0,00	0,00	57.511,33	167.414,76
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	370.440,94	0,00	12.250,80	0,00	-57.511,33	325.180,41
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	480.344,37	0,00	12.250,80	0,00	0,00	492.595,17
421 Terrenos e recursos naturais	4.386.167,40	0,00	7.160,10	0,00	320.000,00	4.713.327,50
422 Edifícios e outras construções	10.142.276,27	0,00	12.236,37	0,00	41.916,37	10.196.429,01
423 Equipamento básico	1.858.951,64	0,00	80.596,20	0,00	0,00	1.939.547,84
424 Equipamento de transporte	1.501.215,41	0,00	5.755,22	0,00	0,00	1.506.970,63
425 Ferramentas e utensílios	28.756,58	0,00	995,58	0,00	0,00	29.752,16
426 Equipamento administrativo	2.062.657,60	0,00	63.770,86	0,00	-13.256,42	2.113.172,04
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	515.465,84	0,00	66.019,62	0,00	0,00	581.485,46
442 Imobilizações em curso	12.479.081,85	0,00	1.165.402,02	0,00	-389.891,17	13.254.592,70
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	32.974.572,59	0,00	1.401.935,97	0,00	-41.231,22	34.335.277,34
411 Partes de capital	617.625,48	0,00	0,00	98.099,99	0,00	519.525,49
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	786.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786.660,00
4151 Outras aplic. Financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. Financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. Financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.404.285,48	0,00	0,00	98.099,99	0,00	1.306.185,49

Município de Mealhada

Ano: 2013

Unidade: Euros

Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	435.142,05	50.190,07	485.332,12
Outras construções e infra-estruturas	4853	28.625.486,32	2.357.329,16	30.982.815,48
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
	29.060.628,37	2.407.519,23	0,00	31.468.147,60
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	109.903,43	19.168,53	129.071,96
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
	109.903,43	19.168,53	0,00	129.071,96
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1.790.806,80	252.490,92	2.043.297,72
Outras construções	48222	64.212,55	23.756,83	87.969,38
Equipamento básico	4823	1.347.298,54	94.196,36	1.441.494,90
Equipamento de transporte	4824	1.200.957,95	71.434,12	1.272.392,07
Ferramentas e utensílios	4825	25.469,71	1.238,46	26.708,17
Equipamento administrativo	4826	1.882.902,98	97.861,66	1.967.763,97
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	347.532,54	12.336,19	359.868,73
	6.659.181,07	553.314,54	13.000,67	7.199.494,94
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	173.946,26	8.307,13	182.253,39
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
	173.946,26	8.307,13	0,00	182.253,39
De Investimentos Financeiros	49			0,00
Partes de capital	491	34.906,46	7,94	34.914,40
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
	34.906,46	7,94	0,00	34.914,40

Município de Mealhada

Ano: 2013

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	1.300.755,23	45.287,61	1.235.681,58	110.361,26
292	Provisões para Riscos e Encargos	98.621,61	0,00	7.505,00	91.116,61
39	Provisões para Depreciação de Existências	1.238,08	0,00	1.238,08	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	34.906,46	7,94	0,00	34.914,40

Município de Mealhada

Ano: 2013

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4.264.586,79		109.490,65		4.374.077,44	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	9.299,00				9.299,00	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	4.248.334,09		109.490,65		4.357.824,74	
09323	Prestadas por Outros Credores	6.953,70				6.953,70	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				221.319,45		221.319,45
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				221.319,45		221.319,45
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas			7.666,13	7.666,13		
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado			7.666,13	7.666,13		
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		4.264.586,79		117.156,78	228.985,58	4.152.757,99	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	22.437,09			299,03	22.138,06	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		22.437,09		0,00	299,03	22.138,06	
Total		4.287.023,88		117.156,78	229.284,61	4.174.896,05	

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

(designação da autarquia local)

Ano: 2013

(unidade: EUR)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	178.999,12
Compras	0,00	213.024,83
Regularizações de Existências	0,00	-251,11
Existências Finais	0,00	157.029,87
<i>Custos no Exercício</i>		234.742,97

Município de Mealhada

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	14.054,29	39.247,80	781	Juros obtidos	137.218,81	143.500,65
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	2.206,32	2.628,82
683	Amortizações de investimentos em imóveis	8.307,13	8.307,13	783	Rendimentos de imóveis	716.055,23	719.103,61
684	Provisões para aplicações financeiras	7,94	604,88	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	491,97	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	383,15	419,21	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	309.330,00	362.109,00
	Resultados Financeiros	1.142.549,82	1.178.763,06	789	Diversos	0,00	0,00
		1.165.302,33	1.227.342,08			1.165.302,33	1.227.342,08

Município de Mealhada

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2013

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	684.295,36	521.387,07	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	1.238,08	8.327,14	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	255,75	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,01	1.003.467,82
695	Multas e Penalidades	0,00	7,69	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.394,20	6.641,33
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	1.244.220,39	75.839,70
697	Correções relativas a exercícios anteriores	269.631,48	50.308,23	797	Correções relativas a exercícios anteriores	22.976,30	56.036,11
698	Outros custos e perdas extraordinárias	49,88	859,56	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	318.314,42	235.616,83
	Resultados extraordinários	632.434,77	796.712,10				
		1.587.905,32	1.377.601,79			1.587.905,32	1.377.601,79